

## A história oral e as memórias dos excluídos na escrita do conhecimento

Luis Fernando Herbert Massoni (luisfernandomassoni@gmail.com)

Doutorando e Mestre em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul/PPGCOM-UFRGS, bolsista da CAPES.

**Resumo:** O presente artigo reflete sobre o uso da História Oral no estudo das memórias de grupos sociais historicamente excluídos e sua inclusão na escrita do conhecimento. Alega que a preocupação em estudar tais grupos teve início na Antropologia, através da mudança do conceito de cultura. Argumenta que o interesse em estudar o cotidiano e os marginalizados requer uma metodologia diferenciada, como é o caso da História Oral. Conceitua História Oral e a caracteriza como um método de pesquisa, a partir de uma perspectiva interdisciplinar. Defende o uso da História Oral enquanto método que possibilita o acesso a diferentes perspectivas a respeito de um mesmo assunto. Afirma que o uso da História Oral no estudo dos excluídos é um posicionamento político e ideológico, pois auxilia na construção de uma memória social heterogênea, em contraponto com a memória oficial. Conclui que a História Oral foi fundamental para a inclusão de grupos marginalizados na escrita do conhecimento.

**Palavras-Chaves:** História Oral, Memórias dos Excluídos, Conhecimento.

**Abstract:** This article reflects on the use of oral history in the study of social groups historically excluded memories and their inclusion in the written knowledge. Claims that the preoccupation in studying these groups began in anthropology, through changing the concept of culture. Argues that the interest in studying the everyday and the marginalized requires a differentiated approach, as is the case of Oral History. Conceptualizes Oral History and characterizes it as a method of research, from an interdisciplinary perspective. Advocates the use of oral history as a method that enables access to different perspectives on the same subject. Says the use of oral history in the study of the excluded is a political and ideological positioning, it helps in building a heterogeneous social memory, as opposed to the official memory. It concludes that oral history was fundamental for the inclusion of marginalized groups in the written knowledge.

**Keywords:** Oral history, Memories of the Excluded, Knowledge.

### 1. INTRODUÇÃO

A diversidade é a grande riqueza de nossa sociedade, pois é através do contato com o outro e sua cultura, percebendo e respeitando suas diferenças e semelhanças, que formamos nossa própria identidade. Legitimar o outro enquanto cidadão e indivíduo digno de respeito, buscando compreender suas crenças, valores e concepções de mundo, é fundamental para estabelecer um estado de harmonia e paz. Essa postura contribui para a construção de uma sociedade mais humana, democrática e heterogênea, em que impera o diálogo e a multiplicidade de perspectivas e formas de vida.

Apesar disso, a pesquisa científica historicamente se deteve ao estudo de grupos sociais privilegiados, pertencentes à elite de uma época e que influenciaram os grandes acontecimentos históricos, como políticos, líderes religiosos, monarcas e os “heróis” nacionais. É como se apenas esses indivíduos fossem cidadãos e possuísem o direito de entrar para a história e, desse modo, serem imortalizados em nossa memória social. Essa perspectiva de pesquisa escreveu uma história do conhecimento com uma narrativa única a respeito dos acontecimentos e influenciou na construção de uma memória oficial homogênea, que exclui a visão de grupos sociais menos favorecidos<sup>1</sup>.

Ao longo dos séculos XIX e XX, percebemos um movimento de transformação nessa postura, com um viés fortemente antropológico, através da mudança no conceito de cultura, uma vez que o homem comum e seu cotidiano, até então esquecidos, passaram a integrar o escopo de estudo da academia, assim como sujeitos, grupos sociais e comunidades antes taxados de “incultos”. Entretanto, esse interesse requer que tenhamos um cuidado especial na elaboração da metodologia de nossas pesquisas, uma vez que esses grupos

possuem características singulares e, portanto, há alguns métodos de pesquisa que parecem mais eficazes para estudá-los, como a História Oral (HO).

Tendo em vista essas questões, o presente artigo reflete sobre a importância do uso da História Oral no estudo das memórias de grupos sociais historicamente excluídos e sua inserção na história do conhecimento. Trata-se de um estudo bibliográfico baseado em autores de áreas como a Antropologia Social, a História, a Sociologia, os Estudos Culturais e a Comunicação Social, tendo em vista o caráter interdisciplinar da HO. Desse modo, caracterizamos a HO e nos propomos a refletir a respeito de seu uso no estudo das memórias<sup>2</sup> de grupos sociais marginalizados.

### 2. O CONCEITO ANTROPOLÓGICO DE CULTURA E A NOVA ESCRITA DO CONHECIMENTO

A pesquisa científica, seus métodos, técnicas e objetos estudados são transformados de acordo com as inovações tecnológicas – a invenção de equipamentos como a câmera e o gravador de voz são exemplos disso. Entretanto, é necessário ter em mente que o contexto sociocultural também é fundamental na realização de um estudo científico, pois há fatores sociais que influenciam na perspectiva do pesquisador e da própria concepção do que deve ser estudado pela ciência. A cultura popular e os grupos socialmente desfavorecidos, por exemplo, vêm se consagrando enquanto objetos de estudo em diferentes campos do conhecimento, partindo da Antropologia e influenciando áreas como a Sociologia, a História e a Comunicação Social, mas nem sempre isso foi assim.

<sup>1</sup> Utilizamos termos como “excluídos”, “desfavorecidos” e “marginalizados” para nos referirmos aos grupos sociais que, historicamente, não foram interesse de estudo das Ciências Sociais e Humanas, tais como negros, indígenas, mulheres e pessoas em isolamento hospitalar, bem como o cidadão comum e a cultura popular.

<sup>2</sup> Adotamos o termo “memórias”, no plural, pois compreendemos que há sempre mais de uma percepção e versão sobre um mesmo acontecimento e, desse modo, diversas são as memórias que daí se originam, contrapondo a ideia de uma memória oficial.

Ao estudar a cronologia do que chamou de “história social do conhecimento”, Burke [1] alega que a forma como a sociedade se relaciona com o conhecimento vem sendo alterada: historicamente, sua produção e disseminação ocorreu em decorrência de relações de poder, sendo o conhecimento produzido pela elite: “O povo era considerado misterioso, descrito como o contrário do que eram (ou pensavam ser) os descobridores: as pessoas do povo eram naturais, simples, instintivas, irracionais, sem individualidade própria, arraigadas na tradição e no solo de seus rincões.” (p. 322) [1].

Entretanto, segundo o autor, o início do século XIX foi marcado pela queda da velha hierarquia, que “[...] veio associada a um maior reconhecimento da pluralidade dos conhecimentos, eruditos e populares [...]” (p. 321) [1] e, a partir de então, passou-se a considerar também o conhecimento do “outro” – como chama o autor, a “descoberta do povo”. Essa mudança de postura vem se ampliando ao longo do tempo, tornando as pesquisas menos etnocentristas e mais inclusivas.

Para melhor compreendermos esse processo, é necessário relembrarmos algo que foi fundamental para fortalecer essa preocupação em estudar grupos sociais excluídos: a mutação do conceito de cultura. Foi Edward Burnett Tylor que, em 1871, formulou o conceito moderno de cultura, tida como todo o comportamento aprendido, que independe de uma transição genética, visão que rompeu laços entre o cultural e o biológico [2].

Tylor procurou, além disto, demonstrar que cultura pode ser objeto de um estudo sistemático, pois trata-se de um fenômeno natural que possui causas e regularidades, permitindo um estudo objetivo e uma análise capazes de proporcionar a formulação de leis sobre o processo cultural e a evolução. (p. 30) [2].

Apesar de aproximar o conceito de cultura de um viés mais social, percebemos que a concepção de que cultura é uma evolução permanece latente. De acordo com Laraia [2], a diversidade era explicada por Tylor como resultado da desigualdade de estágios na evolução humana, por conta do evolucionismo unilinear que dominava a nascente antropologia, tendo a cultura europeia como ápice da escala evolutiva. A partir disso, o conceito mais tradicional e óbvio, conforme García Canclini [3], relaciona a cultura à civilização, é calcado na educação, no refinamento, no acúmulo de conhecimentos e aptidões intelectuais e estéticas. Esse é o conceito que muitas vezes utilizamos no senso comum, quando nos referimos a um sujeito educado e refinado como sendo “culto”, entendendo-se então a cultura como os valores referentes à erudição. Entretanto, conforme Eagleton [4], essa visão que aproxima cultura de civilização é excludente, o que não ocorre quando a cultura é vista como forma de vida.

Foi a Antropologia, conforme García Canclini [3], que deslocou essa visão eurocêntrica de cultura, dando lugar ao que chamamos do conceito antropológico de cultura. Esse conceito, conforme o autor, admite como cultura o que foi criado por todos os homens em todas as sociedades e em todos os tempos. Essa visão compreende que existem

diversas formas de cultura e que, portanto, não há grupos sociais com mais ou menos cultura, mas sim indivíduos com culturas diferentes, frutos de processos históricos heterogêneos.

Nesse sentido, para Geertz [5], a cultura é um contexto, no qual se desenvolvem os acontecimentos, comportamentos, as instituições e os processos. Compreende o autor que a cultura são as teias de significado que o próprio homem teceu e as quais está amarrado. Corroborando com essa perspectiva, Eagleton [4] salienta que ela surge instintivamente, não sendo concebida na mente, mas profundamente enraizada na carne, destila nossa humanidade e é uma forma de sujeito universal agindo dentro de nós. Nessa perspectiva, cai por terra a ideia de que existe apenas um tipo de cultura e que há grupos mais ou menos cultos, enfraquecendo hierarquias e distinções sociais.

Essa nova perspectiva a respeito do conceito de cultura dá impulso ao questionamento de outros processos e pensamentos até então tidos como dados. Se a cultura é estudada pela ciência, então a sua nova concepção também gera mutações no próprio entendimento sobre o fazer científico. Se múltiplas são as culturas e formas de vida, então a pesquisa científica precisa dar conta dessas novas demandas. Obviamente, esse é um caminho complexo, uma vez que esbarramos nos alicerces sólidos da escrita do conhecimento tradicional.

Ao refletir sobre sua ética da ciência, Morin [6] critica a forma de produção do conhecimento científico tradicional. Conforme o autor, a ciência moderna é indiferente a questões éticas que não digam respeito à ética do conhecimento e à ética das regras do jogo científico, pois há uma cegueira dos cientistas no que tange aos problemas éticos da atividade científica. Para o autor, a responsabilidade no fazer científico só é possível por meio de sujeitos conscientes, em um movimento de reaproximação da ciência com o homem, enquanto cidadão e ser de convicção metafísica ou religiosa. São essas questões que pressionam os imperativos morais que interferem em suas atividades científicas.

O conhecimento científico precisa, assim, questionar sua história, seu desenvolvimento e seu futuro, pois o controle e a regulação éticos nas sociedades pressupõem reformas mentais, sociais, educacionais e políticas [6]. Faz-se necessário, desse modo, repensar o fazer científico através do questionamento a respeito do papel social da ciência e das suas consequências, partindo de questões que envolvem ética e política: “Entre ciência e política, a ética é residual, marginalizada, impotente.” (p. 78) [6]. Sendo assim, uma postura ética na ciência se faz por meio da noção das consequências sociais e políticas do conhecimento que escrevemos. Essa ética precisa compor nossos valores, que norteiam nossas concepções de mundo e práticas sócio-culturais.

Ser ético é também dar voz e vez às diversas culturas e formas de vida presentes na sociedade, em um ato de respeito ao saber do Outro. É através da legitimação do Outro que promovemos uma escrita do conhecimento mais democrática, embora esse posicionamento possa ser um desafio:

Nossa tendência para construir o Outro em termos negativos se evidencia em práticas sociais, na vida cotidiana, na mídia e em instituições, algumas delas construídas exclusivamente para segregar e disciplinar o Outro: pensemos na trajetória de nossa relação com a loucura, com o desvio, com povos longínquos; pensemos na natureza do conflito intergrupal extremo, na conquista das Américas e na experiência colonial. Em todos estes casos encontramos um conjunto de representações, atitudes e práticas que consistentemente ignoram a perspectiva do Outro; tendemos a menosprezar, depreciar e mesmo desumanizar pessoas que simplesmente não são como nós. (p. 212) [7].

Assim como a cultura, o conhecimento também é muitas vezes hierarquizado, pois há uma tendência em compreender que certos tipos de conhecimentos e saberes são corretos, enquanto outros são errôneos. De acordo com Jovchelovitch [7], a hierarquia do conhecimento é uma ilusão oriunda da incapacidade de entender as perspectivas do Outro. Nesse sentido, não basta reconhecer as diferenças de conhecimentos e culturas, é preciso legitimá-las, dar-lhes o devido valor enquanto constituintes da realidade social. Conforme Almeida [8], o reconhecimento da ciência como um conhecimento distinto e superior favoreceu e sustentou historicamente uma sociedade que naturaliza a divisão em classes e a exclusão social. Para a autora, esse contexto separou os aristocratas do povo, a cultura erudita da popular, a elite intelectual do cidadão comum e os alfabetizados dos analfabetos. Não é difícil percebermos que essas divisões repercutiram na escrita científica, pois apenas os que detinham o conhecimento tido como superior eram ouvidos e representados pela academia.

Entender que há diversas manifestações de cultura significa legitimar grupos sociais ou comunidades até então negligenciadas, pertencentes aos patamares inferiores de uma suposta escala evolutiva. Desse modo, sendo a cultura amplamente estudada por diversas áreas do conhecimento, a mudança em seu conceito, que certamente foi lenta e gerou conflitos, promoveu transformações de ordem social, simbólica e política, representando uma mudança de paradigma no contexto da ciência e da produção de conhecimento.

### 3. MEMÓRIAS DOS EXCLUÍDOS E HISTÓRIA ORAL: UM NOVO OLHAR SOBRE A ESCRITA DO CONHECIMENTO

As transformações ocorridas no campo da Antropologia, com a ampliação do conceito de cultura, reverberaram por outras áreas do conhecimento, solidificando uma tendência de incluímos também o estudo da cultura e da memória do cidadão comum e dos marginalizados nos estudos científicos. Esse encontro com o “outro” não é simples, pois é necessário respeitá-lo e compreendê-lo, sendo que muitas vezes seus valores e visões de mundo podem entrar em confronto com as ideias do

pesquisador, pois o contato com a intimidade do outro é, em si, uma prova para a intimidade do próprio pesquisador, tornando esse encontro muito complexo [9]. Mais do que isso, o diálogo com o outro possibilita a interpretação de diferentes vozes, ao mesmo tempo em que nos conduz às diferenças existentes no campo das memórias, pois a memória é socializada através da linguagem e das narrativas [10]. Desse modo, é através do diálogo com o outro que se torna possível entender como ele vê o mundo e o porque de seus valores e opiniões, o que é difícil de compreender se utilizarmos os métodos tradicionais de pesquisa, muito calcados em documentos e na história oficial.

A partir disso, compreendemos que esse contato com o outro, principalmente quando este for membro de uma cultura historicamente marginalizada, requer métodos específicos de estudo, dentre os quais destacamos a HO. Embora seu uso tenha se difundido nas últimas décadas em diversas áreas, a HO é antiga [11], sendo que sua utilização na Europa e na América teve início no séc. XIX [12], a partir das tentativas de utilização das tradições orais, transmitidas durante séculos, das sociedades em que não havia documentação escrita, como na África pré-colonial, passando o cotidiano a também fazer parte da recuperação histórica (THOMPSON, 1993<sup>3</sup> apud [12]).

A história oral é, inevitavelmente, uma zona de fronteira, não tanto entre disciplinas, mas entre a própria academia e o mundo real, entre a memória legítima, cientificamente produzida [...] e as memórias individuais, no que tem de pessoal e de coletivo. Se há, como muitos defendem, um confronto entre essas memórias, a história oral se localiza em pleno front. (GUARINELLO, 1998, p. 63) [13].

Esse caráter de servir a diferentes áreas do conhecimento e ser adotada para o estudo de variadas comunidades confere à HO uma definição ampla, como a utilizada por Thompson [14], para o qual ela é “[...] a interpretação da história e das mutáveis sociedades e culturas através da escuta das pessoas e do registro de suas lembranças e experiências.” (p. 9). A HO vai além das estatísticas, evidencia aquilo que é pessoal e singular: mais do que o como, ela desvenda o porquê dos comportamentos sociais, pois os testemunhos narrativos são essenciais [14]. Por meio da HO são produzidos documentos históricos, ao mesmo tempo em que ela preenche as lacunas dos documentos escritos [11]. Ao conceituar a HO, Acervos Lozano (1998<sup>4</sup> apud [12]) a entende como uma proposta associada ao campo da história social, buscando resgatar acontecimentos e fenômenos locais e populares por meio dos testemunhos orais.

Um aspecto que merece destaque com relação à caracterização da HO é que ela explora as diversas fases da vida. Thompson [14] lamenta o fato de, em um período de sua

<sup>3</sup> THOMPSON, Paul. Historias de vida en el análisis del cambio social. In: MARINAS, José Miguel; SANTAMARINA, Cristina. (Org.). *La historia oral: métodos y experiencias*. Madrid: Debate, 1993. p. 65-80.

<sup>4</sup> ACERVES LOZANO, José Eduardo. La historia oral y de vida: del recurso técnico a la experiencia de investigación. In: GALINDO CÁCERES, Luis Jesús. (Org.). *Técnicas de investigación en sociedad, cultura y comunicación*. México: Addison Wesley Longman, 1998.

carreira como pesquisador, ter direcionado a HO apenas como um meio de obter informações sobre o passado dos entrevistados, pois nunca os perguntava a respeito de seu presente, o que tornou seus depoimentos menos valiosos do que poderiam ter sido. Segundo o autor, a HO precisa fundir o interesse pelo passado e pelo presente através de uma única entrevista. Nesse mesmo viés, Grisa [12] afirma que o sujeito representa aspectos do passado que considera importantes para o presente e sua vida cotidiana, ao mesmo tempo em que as ações do presente são orientadas pelas projeções do futuro, levando em conta seus desejos, intenções e vontades.

A HO, assim como qualquer método de pesquisa, enfrenta alguns desafios, como o fato de se basear no depoimento pessoal e na memória, o que faz com que sua validade receba críticas, pois a memória é falha e influenciada por ideais [11]. Para Thompson [14], compõe um desafio a questão da “verdade”, a natureza da memória: há informações factualmente válidas (onde a pessoa viveu, suas estruturas familiares e tipos de trabalho, por exemplo), mas também há a marca da moduladora força da memória, além da consciência coletiva e individual. Afirma o autor que a memória, desse modo, sempre será uma questão fundamental para os historiadores orais, pois há muito que aprender com a sua reformulação. A esse respeito, cabe lembrar que:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. (p. 9) [15].

Nesse sentido, é preciso ter em mente que o trabalho com essas memórias não culminará em uma descrição objetiva ou verdadeira do que seja a realidade concreta. Do mesmo modo, há de se destacar que o uso da HO não tem como objetivo descobrir a verdade: como afirmam Santamarina e Marinas [16], a subjetividade dos relatos é justamente o valor mais original da História de Vida (HV), principal técnica adotada pela HO. Ou seja, o trunfo da HO parece estar na possibilidade de olhar o mundo com os olhos do outro, buscando compreender suas opiniões e percepções.

Ao rememorar a sua trajetória, da forma mais completa possível, o depoente se esforça na construção de sua própria identidade, que é resultado de um processo de apropriação simbólica do real. Ao contar suas experiências e emitir suas opiniões, ao conferir sentido aos gestos, o ator se torna sujeito de seus próprios atos, percebendo seu papel singular na totalidade social em que está inserido. (p. 13) [1].

Desse modo, compreendemos que a HO não objetiva descobrir a verdade, mas sim a percepção do outro a respeito da realidade, baseando-se no relato de suas experiências. Como afirmado anteriormente, a ampla utilização da HO para o estudo de diversos objetos em variadas áreas produz uma série de percepções sobre o seu conceito. Há autores que subestimam a HO e a entendem como uma técnica ou até mesmo um tipo de entrevista [11], enquanto outros a consideram um método e a HV como uma técnica [12].

Entretanto, há concepções mais sensíveis sobre a HO e a HV, levando em consideração seu papel sociocultural: Galindo Cáceres [9] compreende a HV como algo mais do que apenas uma técnica de indagação, tendo em vista a sua intenção cognitiva geral voltada para o social e para o cultural. Embora possa parecer que essa concepção superestime a HV, concordamos com o autor, na medida em que a HO foi fundamental no processo de democratização do conhecimento e, nesse sentido, parece um equívoco considerá-la apenas uma simples técnica de coleta de dados.

A concepção do autor ganha força se refletirmos a respeito da riqueza dos relatos orais e o impacto do uso desse método. Conforme Janotti e Rosa [17], a multiplicidade de fontes orais acerca de um acontecimento ou uma personalidade pode orientar a interpretação para uma leitura político-sociológica do relato oral, se opondo às formas de dominação social, dando voz às memórias de mulheres, de pobres, de crianças e de minorias sociais.

Destacamos também a visão de Santamarina e Marinas [16], para os quais a HV é formada por relatos produzidos com a intenção de elaborar e transmitir uma memória (pessoal ou coletiva) que faz referência às formas de vida de uma comunidade em um determinado período histórico. São histórias de experiências, de saberes práticos que os meios de comunicação de massa não divulgariam, exceto quando tratadas como espetáculo. Nesse viés, afirmam os autores que o estudo dessas formas de vida marginalizadas, que tendem a desaparecer, implica em um compromisso ético e político, caracterizando a HO não apenas como um método, mas como uma perspectiva.

Essa postura da HO parece convergir com a memória social, pois ela é uma construção processual e o conceito que adotamos dela é formado por visões éticas e políticas, tendo em vista que “Há sempre uma concepção de memória social implicada na escolha do que conservar e do que interrogar.” (p. 17) [18]. A ideia de que há diversos tipos de cultura nos remete para uma concepção também mais inclusiva sobre a memória: se existem diversos grupos com culturas diferentes, então é preciso estudá-los e suas memórias são cruciais nesse processo. Entretanto, nesse ponto nos deparamos com a dificuldade de há pouco ou nada registrado a respeito de tais grupos, por não serem detentores dos meios de comunicação e escrita.

É nesse contexto que se destaca a HO, pois ela pode ser empregada no estudo de diversos objetos e o seu diferencial está na exploração de temas antigos ou marginais, às vezes inclusive tidos como inúteis [16]. Ao explorar as forças e potencialidades da HO, Thompson [14] enfatiza, dentre outros, o estudo das vozes ocultas, tendo em vista que:

[...] a história oral tem um poder único de nos dar acesso às experiências daqueles que vivem às margens do poder, e cujas vozes estão ocultas porque suas vidas são muito menos prováveis de serem documentadas nos arquivos. Essas vozes ocultas são acima de tudo de mulheres – e é por isso que a história oral tem sido tão fundamental para a criação da história das mulheres; mas existem muitas outras, tais como os trabalhadores que não estão organizados em sindicatos,

os muito pobres, os deficientes, os sem-teto ou grupos marginalizados. No Brasil isso inclui particularmente os povos indígenas, as comunidades rurais de ex-escravos que viviam nos quilombos e, acima de tudo, as famílias das favelas das grandes cidades. (p. 16-17) [14].

Ao discutirem a HO como uma possível “utopia”, Janotti e Rosa [17] reafirmam que o trabalho com depoimentos orais e HV é concebido como uma alternativa às interpretações estruturalistas e como contraponto ao discurso homogeneizador, que ignora as diferentes versões sobre os acontecimentos. Entretanto, salientam as autoras que essa visão pode ser equivocada, confundindo técnicas utilizadas com objetos analisados, pois também é possível que interpretações generalizantes sejam aplicadas aos depoimentos pessoais. “Da perplexidade em relação aos testemunhos de marginalizados, a história oral tendeu a considerar utopicamente seu trabalho. Ao dar voz aos vencidos, acreditou estar abrindo mão do espaço do cientista para que o outro falasse e, assim, redimisse o grupo.” (p. 12) [17]. No entanto, as autoras entendem que o comando do processo do conhecimento continuou nas mãos do cientista, ao selecionar depoentes, recortar temas, reescrever falas e construir a explicação histórica.

Se em nosso cotidiano nos deparamos com todo tipo de pessoas e culturas, então a produção de conhecimentos sobre a realidade de nossa época também precisa incluir esses sujeitos. Entretanto, o simples uso da HO não significa ir contra algum discurso hegemônico, pois o pesquisador precisa estar ciente de seu papel na condução da pesquisa e das consequências que suas escolhas metodológicas trarão para os resultados de seu estudo e, também, a repercussão de tal pesquisa na sociedade.

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘memória oficial’, no caso a memória nacional. (p. 4) [19].

Uma das principais consequências dessa prática está na reconstrução da memória social, pois ao estudarmos a realidade a partir do saber desses indivíduos, estamos entrando em um campo de disputa, marcado pelo esquecimento, pelo silêncio e pela marginalização de determinados grupos. Para Pollak [19], a fronteira entre o dizível e o indizível separa uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, daquela memória coletiva oficial, organizada e que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou que o próprio Estado deseja reproduzir ou impor.

A HO tem o potencial de explorar o “indizível” a que se refere o autor, resquícios de memórias coletivas subterrâneas, inserindo-as no discurso sobre como se constitui a nação brasileira e seu povo. O estudo desses grupos desfavorecidos não apenas subscreve-os no escopo de interesse dos temas abordados pela academia, mas também

legítima os seus saberes, de modo a promover o respeito pelas diferenças. É através desse respeito ao saber do outro e da consciência da importância dos diferentes sujeitos na sociedade que podemos promover políticas públicas de inclusão social.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos perceber, a HO é um método de pesquisa que se diferencia por dar os subsídios necessários para que possamos escrever uma história mais democrática, um conhecimento que inclua os diferentes sujeitos que convivem na sociedade. Trata-se de um artifício fundamental no contexto em que vivemos, de fortalecimento da democracia, da cidadania e dos Direitos Humanos. Se no cotidiano nos deparamos com uma pluralidade de pessoas, culturas e saberes, essa variedade precisa ser retratada pela academia, cumprindo o papel social da ciência.

Toda essa transformação na forma de entender a sociedade e seus mais variados grupos parece ter se fortalecido com a mudança na concepção de cultura. Antes excludente, hierárquica e símbolo de status, a nova forma de conceber o que é cultura empodera sujeitos, grupos e comunidades marginalizados ou tidos como “incultos”, legitimando sua forma de viver e trazendo-os para dentro das narrativas construídas na produção do conhecimento. Esse é um processo que, lentamente e com muita resistência, vêm gerando uma reparação social e histórica, balizada no respeito e na legitimação do saber do outro, suas crenças, valores e modos de vida.

A produção de conhecimento é uma prática social com grandes consequências, pois nossos paradigmas e recortes de pesquisa são frutos de nossas concepções ideológicas e posicionamentos políticos, tendo em vista que é impossível deixarmos de lado nossos valores. Desse modo, ao escrevermos sobre indivíduos e grupos sociais historicamente desfavorecidos, lutamos contra uma ciência parcial e homogênea, atuando em um processo de empoderamento de minorias, um campo de desigualdade e lutas políticas, sociais, históricas e, principalmente, simbólicas. Olhar o mundo com os olhos do outro é um exercício de respeito, com o potencial de promover maior justiça social.

Embora essa perspectiva possa parecer por demais apaixonada, arriscamos afirmar que o uso da HO no estudo das memórias dos grupos sociais excluídos é, além de um método, um compromisso social, um posicionamento contrário à ideologia da memória oficial, hegemônica e historicamente reproduzida. A HO demonstra ser, desse modo, um dos métodos de pesquisa mais promissores em Ciências Sociais e Humanas em um país como o Brasil, que se vangloria pela diversidade de seu povo.

#### 5. AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Dr. Valdir Jose Morigi pela leitura e contribuições dadas ao presente texto.

## 6. REFERÊNCIAS

[1] BURKE, Peter. Cronologias do conhecimento. In: BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento II**: da Enciclopédia à Wikipédia. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. p. 309-344.

[2] LARAIA, Roque de Barros. Antecedentes históricos do conceito de cultura. In: \_\_\_\_\_. **Cultura: um conceito antropológico**. 20. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

[3] GARCÍA CANCLINI, Néstor. A cultura extraviada nas suas definições. In: \_\_\_\_\_. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004. p. 35-53.

[4] EAGLETON, Terry. Versões de cultura. In: \_\_\_\_\_. **A idéia de cultura**. São Paulo: Ed. UNESP, 2005. p. 9-50.

[5] GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: \_\_\_\_\_. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989. p. 13-41.

[6] MORIN, Edgar. Ciência, ética, sociedade. In: \_\_\_\_\_. **O método: ética**. Porto Alegre: Sulina, 2005. p. 69-79.

[7] JOVCHELOVITCH, Sandra. Ao encontro do saber do outro. In: \_\_\_\_\_. **Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 212-258.

[8] ALMEIDA, Maria da Conceição de. A dupla face de um mesmo intelectual. In: \_\_\_\_\_. **Complexidade, saberes científicos, saberes da tradição**. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2010. p. 43-67.

[9] GALINDO CÁ CERES, Luis Jesús. **Sabor a ti: metodología cualitativa em investigación social**. Xalapa: Universidad Veracruzana, 1997.

[10] BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança dos velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

[11] HAGUETTE, Teresa Maria Frota. A história oral. In: HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 92-100.

[12] GRISA, Jairo Ângelo. Caracterização da história oral e de vida. In: GRISA, Jairo Ângelo. **Histórias de ouvintes: a audiência popular no rádio**. Itajaí: Univale, 2003. p. 285-302.

[13] GUARINELLO, Norberto Luiz. Breve arqueologia da história oral. **História Oral**, v. 1, 1998, p. 61-65.

[14] THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. **História Oral**, n. 5, p. 9-28, 2002.

[15] NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

[16] SANTAMARINA, Cristina; MARINAS, José Miguel. Historias de vida e historia oral. In: SANTAMARINA, Cristina; MARINAS, José Miguel. (Org.). **La historia oral: métodos y experiencias**. Madrid: Debate, 1993. p. 257-285.

[17] JANOTTI, Maria de Lourdes Mónico; ROSA, Zita de Paula. História oral: uma utopia? **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p. 7-16, set. 1992/ago. 1993.

[18] GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social. In: \_\_\_\_\_. DODEBEL, Vera (Org.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005. p. 11-26.